



**casa  
nobre**  
um património  
para o futuro

**ATAS**

**Arquivos e Documentação Familiar**  
**Memória Histórica: História da Família, Genealogia e Heráldica**  
**Turismo e Desenvolvimento Regional**  
**Património: Estudos, Defesa e Valorização**

10 a 12 de novembro de 2022

**casa das artes**

arcos de valdevez



## Ficha Técnica

Título:

**Atas do 6.º Congresso Internacional  
Casa Nobre – Um Património para o Futuro  
Book of the 6th International Congress  
Noble House: A Heritage for the Future**

Coordenação:

**Joana Lencart  
Nuno Soares  
Armando Malheiro da Silva  
Luís Damásio  
João Carlos Gachineiro**

Edição:

**Município de Arcos de Valdevez**

Data:

**Outubro de 2024**

ISBN:

**978-972-9136-92-4**

Depósito Legal:

**531657/24**

As imagens reproduzidas são da exclusiva responsabilidade dos autores dos textos.

Parceria:



## Memória Histórica

História da Família, Genealogia, Documentação Familiar e Heráldica

Conde de Barca: tendo resolvido nomear o Ministro  
que me ha de servir na Secretaria de Estado. Ao  
Conde o nomeio na dos Negocios Estrangeiros e  
da Guerra, e na Secretaria da Casa de Bragança.  
Para a de Marinha nomeio Conde de Palmella.  
Providente do Exario José Paulo Bezerra: e na  
dos Negocios do Reino, o Conde dos Arcos. O  
Conde fica a servir a Secretaria de Negocios.  
Palácio do Rio de Janeiro — de Maio de 1817.

— Afirmação — Rey



# QUINTAS DA COMPANHIA DE JESUS NA PROVÍNCIA DE PORTUGAL (SÉCULOS XVI A XVIII): ALGUNS CASOS DE ESTUDO

ANTÓNIO JÚLIO TRIGUEIROS<sup>1</sup>

E-mail: trigueiros@gmail.com

MARIA JOÃO PEREIRA COUTINHO<sup>2</sup>

E-mail: mjpereiracoutinho@gmail.com

A Companhia de Jesus, de acordo com o art.º 591 das suas *Constituições*, possuiu, entre os séculos XVI e XVIII, um conjunto de residências vocacionadas para a recreação espiritual ou para a recuperação física dos jesuítas. Embora tenham surgido, num sentido técnico, mais tarde do que outras tipologias de arquitectura, como os colégios e as casas professoras, estas multiplicaram-se nas diversas Assistências, e, no caso da Assistência Portuguesa, disseminaram-se pela América e pela Ásia.

Partindo de um primeiro levantamento na Província de Portugal, e subsequente reflexão, sabe-se que essas residências se situaram em: a) espaços religiosos pré-existentes, b) quintas, igualmente pré-existentes, e c) edifícios construídos de raiz. Apesar de alguns destes edifícios terem crescido a partir de pré-existências, convém não ignorar que foram muitas vezes alvo de renovações e reorganizados espacialmente enquanto propriedades da Companhia de Jesus, por forma a dar resposta a novas funções, mas também após a extinção desse instituto religioso, em 1759, circunstância que hoje nos dificulta uma leitura espacial mais exacta.

Considerando como ponto de partida as residências implantadas em quintas de recreio, que foram incorporadas na Companhia de Jesus, por via de doações régias ou por legados testamentários, é objectivo deste estudo compreender as várias dimensões da *recreação* e da *recriação*, para se alcançar o propósito de devolver a memória histórica destes edifícios na Província de Portugal e, sobretudo, uma visão de conjunto do que foram estes espaços.

Para a boa prossecução desta investigação, e por uma questão de coerência relativamente aos dados já apurados, foram eleitas para este estudo só algumas das quintas levantadas, a saber: a quinta da Rica Fé, em Bragança, que, segundo um despacho de D. Sebastião, passou para os padres da Companhia em 1571; a quinta do Paço de Sousa, outrora propriedade do mosteiro beneditino de São Salvador, incorporada nos bens dos jesuítas por ordem do Cardeal D. Henrique; a quinta de Vila Franca, na portela do Mondego, que adquiriu outra função ao passar para as posses dos marqueses de Pomares, a quinta de Santa Bárbara,

---

<sup>1</sup> António Júlio Trigueiros é membro integrado do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História.

<sup>2</sup> Maria João Pereira Coutinho é membro integrado do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / IN2PAST — Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território. A sua participação neste trabalho é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - [DL 57/2016/CP1453/CT0046].

que pertencera a D. Francisco Sampaio e Melo e a D. Fernando Mascarenhas Lencastre, capitão de Goa e Governador da Índia e de Pernambuco; a quinta de S. Silvestre, integrada em 1660 nos bens do colégio de Santarém, na sequência da doação testamentária de D. Ana Silva, a quinta de Caniços que pertencera à benfeitora da Companhia de Jesus D. Luísa de Fróis, irmã do padre jesuíta Nuno Rodrigues, e que foi doada ao colégio de Santo Antão-o-Novo, de Lisboa, e a quinta de Castelo Ventoso, propriedade do colégio do Espírito Santo de Évora.

Por fim, importa salientar que para atingir o objectivo de entender estes espaços de recreação, muitas vezes recriados, foi propósito desta investigação fazer uma primeira aproximação à reconstituição da história desse conjunto de quintas, a partir de fontes primárias e secundárias, muitas vezes ignoradas ou consideradas periféricas. Aliás, é precisamente por serem objectos que carecem de estudos monográficos, e, sobretudo, de uma visão de conjunto, alicerçada nas suas primitivas e subsequentes funções, que é, no nosso entender, necessário tratar este tema<sup>3</sup>.

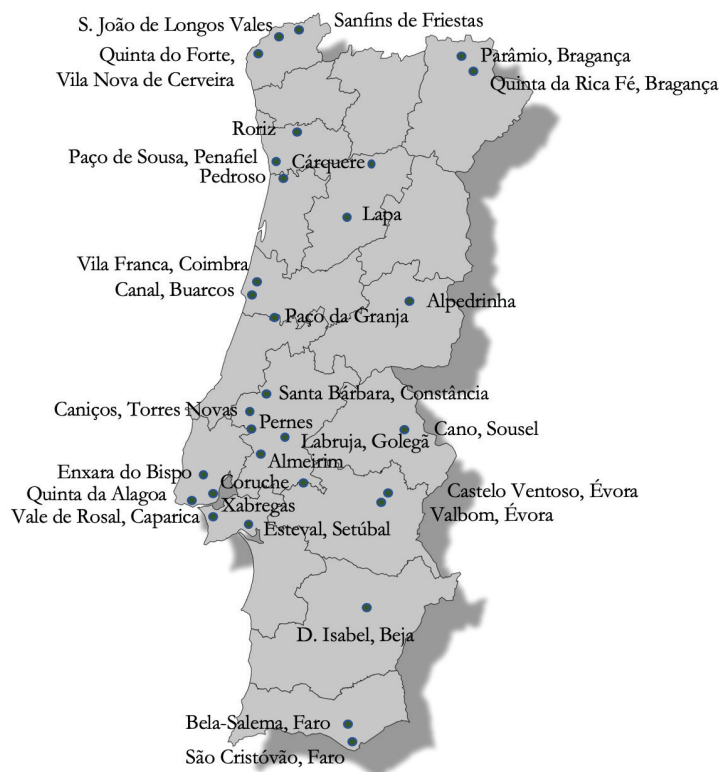


Fig. 1 – Mapa com identificação das quintas mais significativas da Companhia de Jesus em Portugal.

Autoria: António Júlio Trigueiros, S.J. e Maria João Pereira Coutinho.

<sup>3</sup> Acerca deste tema em Portugal já se referiram: MARTINS, 1997: 361-376; MARTINS, 2005: 145-163; PINHO, TELES, 2019: 209-230; PINHO, COUTINHO, 2021: 115-135 e TRIGUEIROS, COUTINHO, 2022: 129-140, entre outros.

## QUINTA DA RICA FÉ (BRAGANÇA)

A quinta da Rica Fé foi pertença do colégio do Santo Nome de Jesus de Bragança, tendo sido integrada nos bens da Companhia de Jesus por mercê de D. Sebastião em 1571. Embora os jesuítas só tenham tomado posse da quinta a partir de 1574, data em que o Papa Gregório XIII emitiu um *Breve* que confirmou que a propriedade ficava anexada ao mencionado colégio de Bragança, só dois anos depois é que foi emitido um alvará para se proceder à medição e tombo dos bens e propriedades, por parte do licenciado Francisco Gomes de Abreu, que fora procurador do Duque de Bragança na corte<sup>4</sup>.

Em 1613 volta a ser feito novo arrolamento de bens, tendo, à data, sido identificado o edificado com capela, habitações para os criados da quinta e terreno murado com vinha, árvores de fruto, pinhal e prados<sup>5</sup>.

Segundo o cronista jesuíta António Franco (1662-1732), foi segundo a acção de Cristóvão de Gouveia (1542-1622), em data por designar, mas que deverá ter sido durante o primeiro quartel de seiscentos, que se aumentou muito essa quinta e que se fizeram “ornamentos, & algumas peças de prata para a Igreja”<sup>6</sup>. Esse autor refere que o espaço, à semelhança de outros, foi crescendo organicamente e adequando-se a novas necessidades, aspecto que parece plausível, uma vez que em 1650 foram feitas as “bitrinas das cazas de baixo”, entre outros acrescentos<sup>7</sup>.

Com a viragem da primeira para a segunda metade do século XVIII ocorreram uma série de incidentes. Em 1759 a expulsão dos jesuítas de Portugal, que conduziu a que o espaço ficasse devoluto e em 1762 as invasões espanholas, que levaram à destruição de janelas, de vidraças, de portas, da capela e do portal da quinta, segundo o testemunho do então bispo D. Aleixo de Miranda Henriques (1692-1771)<sup>8</sup>.

No inventário de bens efectuado a seguir à expulsão da Companhia de Jesus de Portugal os elencos distribuem-se entre a capela e as casas. Este elenco, parco nas descrições dessas áreas, remete para acervos também parcimoniosos. Entre têxteis, frequentemente adjetivados de usados, são referidos castiçais de metal amarelo e três tabelas “com o Evangelho e outras orações”, que certamente eram de um conjunto de sacras, na capela. Neste local, não há quaisquer menções a imagens. No arrolamento das casas ressaltam vários conjuntos incompletos de jogos, ligados à recreação e aos espaços que este tipo de residências tinha<sup>9</sup>, a saber: “um jogo de taco de madeira forrado por dentro de pano azul usado, e coberto com uma toalha muito grande, e velha, rota e o pano azul com buracos; um tabuleiro com seu jogo para jogar as tábulas; quatro bolas de marfim para o jogo do Taco, um tabuleiro com seu jogo de pauzinhos”<sup>10</sup>.

Em 1766 Bento José de Figueiredo Sarmento solicita o prazo desta quinta<sup>11</sup> e a 4 Julho de 1774 D. José emite uma provisão régia que determina que a incorporação de alguns bens da Companhia de Jesus no património da Universidade de Coimbra, sendo o espólio do Colégio do Santo Nome de Jesus de Bragança entregue ao procurador da Universidade, António José de Escovar, no ano seguinte.

<sup>4</sup> *Casa da Quinta da Rica Fé / Quinta dos Carmonas*, Ficha SIPA N.º 00031128, 2011.

<sup>5</sup> BANDEIRA, QUEIRÓS, 1997: 429-444.

<sup>6</sup> FRANCO, 1714: 173.

<sup>7</sup> FRANCO, 1714: 173 e BANDEIRA, QUEIRÓS, 1997: 429-444.

<sup>8</sup> OSSWALD, 2010: 261-272 e COUTINHO, 2022: 59-90.

<sup>9</sup> Acerca deste assunto veja-se o texto de COUTINHO e SIMÕES, 2022: 141-152.

<sup>10</sup> Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC), *Junta da Inconfidência*, Mç. 5, N.º 19, 4.º, fls. 2-3 v.; publ. por GUERRA, 1969: 73-74.

<sup>11</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Ministério do Reino*, mç. 685, proc. 25.

A quinta mantém-se até hoje na posse dos descendentes do enfiteuta, Bento José de Figueiredo Sarmento e o casamento em 1851 de D. Ana Rita Carolina Gil de Figueiredo Sarmento com José António de Lima Carmona deu origem à renomeação da quinta da Rica Fé para quinta dos Carmonas.

### QUINTA DO PAÇO DE SOUSA

À semelhança do que sucedeu com a quinta da Rica Fé, também as propriedades do mosteiro beneditino de Paço de Sousa foram integradas nos bens da Companhia de Jesus em finais do séc. XVII, quando o Cardeal D. Henrique foi abade-comendatário dessa casa religiosa<sup>12</sup>. Todavia, essa incorporação não foi linear. No contexto da reforma dos mosteiros de S. Bento, o Papa Pio V tinha ordenado que todas as casas que não pudessem ser reformadas, fossem cedidas a outras ordens, o que veio a acontecer a Paço de Sousa, entregue à Companhia de Jesus, ou mais precisamente, ao colégio do Espírito Santo de Évora, em 1570. Os beneditinos opuseram-se a esta resolução e, em 1578, o Papa Gregório XIII acabou por anular a anterior disposição, cedendo à Companhia apenas a renda da mesa abacial. Aos beneditinos cabia a posse do mosteiro e a renda da mesa conventual, em todo o caso, bastante inferior à dos jesuítas<sup>13</sup>. Uma vez que os religiosos de São Bento conservavam as instalações conventuais, os jesuítas viram-se obrigados a construir uma casa e respectivo celeiro, que correspondem, hoje, à Casa da Companhia, o que ocorreu em 1581.

No ano de 1759 o negociante em vinhos e detentor de grande fortuna, José de Azevedo e Sousa, de Vila Nova de Gaia, compra a quinta e foros da Mesa Abacial, instituindo vínculo de Morgado. Na sequência da sua morte, deixa todos os bens à segunda filha, Sebastiana Máxima, 1ª Senhora do Morgado de Paço de Sousa, casada com Pedro Leite Pereira de Melo, filho segundo da Casa de Campo Belo em Vila Nova de Gaia e Cavaleiro da Ordem de Malta, passando a função deste espaço a ser a de uma casa senhorial<sup>14</sup>.

A família manteve a quinta na sua posse e, na segunda metade do século XIX foi, precisamente, um dos seus descendentes o responsável pelas profundas obras de remodelação da Casa, Diogo Leite Pereira de Melo, fidalgo da casa Real e presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia. Contudo, a intervenção não foi tão vasta quanto o desejava Diogo Leite, uma vez que os planos iniciais não puderam ser cumpridos por falta de recursos financeiros. Os seus descendentes herdaram a quinta e realizaram já no séc. XX uma série de reformas, que incidiram, principalmente, ao nível do interior<sup>15</sup>.

### QUINTA DE VILA FRANCA, PORTELA DO MONDEGO, COIMBRA

A quinta de Vila Franca, hoje desaparecida, foi pertença dos cristãos-novos Diogo Rodrigues e de D. Guiomar da Costa e estava implantada na margem direita do Mondego, a cerca de 2,5 km de Coimbra<sup>16</sup>.

No que concerne a alguns aspectos da história desta propriedade, importa salientar que foi entregue à Companhia de Jesus a 27 de Maio de 1571, na sequência de ter sido confiscada e subsequentemente

<sup>12</sup> *Casa e Quinta da Companhia*, Ficha SIPA N.º 00007106, 2000-2005.

<sup>13</sup> RODRIGUES, Tomo II, Vol.I, 1938: 220-224.

<sup>14</sup> *Casa e Quinta da Companhia*, Ficha SIPA N.º 00007106, 2000-2005.

<sup>15</sup> GOMES, 2016: 1-9.

<sup>16</sup> Acerca deste espaço os autores do texto já escreveram TRIGUEIROS, COUTINHO, 2022: 129-140.

incorporada nos bens da Casa Real, por ordem de D. Sebastião. Embora os padres da Companhia já fossem considerados os proprietários desta quinta desde 1571, a sua efectiva aquisição só acontece a 9 de Novembro de 1573, segundo uma mercê da chancelaria do mesmo monarca. A 17 de Setembro de 1576, o papa Gregório XIII (1502-1585) une a abadia de São Paio de Caria do bispado de Lamego a esta propriedade, e ao colégio de Coimbra, a pedido de D. Sebastião<sup>17</sup>. Entre 1610 e 1611, a mesma quinta é mencionada num processo judicial movido por João Bravo Chamiço, por, aparentemente, ser o local de lavagem das roupas do colégio, o que contaminava as águas do Mondego. Esse processo dizia respeito a eventuais irregularidades de outras quintas dos jesuítas, como a do Canal e a da Gouleta, tendo sido anulado e a Companhia absolvida<sup>18</sup>.

A propriedade possuía casas sobradadas e olivais, adequadas para a convalescença e recreio dos jesuítas<sup>19</sup>, como, aliás, já se sabia desde 1571, quando numa *Carta Ânua* se refere que o espaço tinha uma boa casa, água e terras<sup>20</sup>. Como estas quintas eram essenciais para a subsistência da comunidade que delas cuidava, era produzido nesta propriedade vinho, para além do cultivo de vegetais e de frutos cítricos<sup>21</sup>. O espaço tinha para esse fim uma nora<sup>22</sup> e outras estruturas hidráulicas<sup>23</sup>. Em 1611 a “Informação dos bens de raiz que os collegios da Companhia de JESV tem neste reyno de Portugal” confirma a larga produção de bens alimentares, que justificavam a necessidade da captação de boa água<sup>24</sup>.

Relativamente à estrutura residencial, esta deveria ter um tamanho considerável, a fim de albergar a comunidade do colégio de Jesus no último quartel do séc. XVI, quando Coimbra foi assolada pela peste e o local serviu de refúgio aos jesuítas de Coimbra<sup>25</sup>. Tal como sucedeu com todas as outras quintas, esta também deverá ter sido beneficiada ao longo da permanência dos Apóstolos, que deverão ter adequado o espaço às suas necessidades recreativas e espirituais. Hoje sabe-se que o padre Baltasar Teles (1596-1675) foi um dos responsáveis pela ampliação da capela da quinta, bem como pela aquisição de um sacrário para esse espaço de culto<sup>26</sup>. Outro dos ganhos deste bem de raiz ocorreu na sequência da vinda de Roma do padre Nuno da Cunha (1593-1674), que trouxe uma pintura com a imagem de Nossa Senhora, que pertencera a Santo Inácio de Loyola (1491-1556). Essa pintura, segundo um cronista da Companhia de Jesus foi colocada num oratório, que ficava na sala da quinta de Vila Franca. O mesmo autor informa ainda que por não ter sido possível acomodá-la nesse sítio, terá sido, inicialmente, colocada numa parede da capela “grande”, e depois transferida para a parede de fora na sala, por se estar a pintar a mesma capela, o que também prova as contantes obras que se faziam<sup>27</sup>.

Outro dos jesuítas que passou por este local foi o padre António Vieira (1608-1697), em 1664, na sequência de uma enfermidade, tendo redigido nessa casa cartas e versos latinos, até ter sido intimado pelo

<sup>17</sup> RODRIGUES, Tomo II, Volume I, 1938: 226-227.

<sup>18</sup> BRAGA, Tomo II (1555 a 1700), 1895: 774.

<sup>19</sup> “A Quinta de Villa Franca”, 1869.

<sup>20</sup> ANTT, *Manuscritos da Livraria*, N.º 690, fl. 3 v.º e RODRIGUES, Tomo II, Volume I, 1938: 226-227.

<sup>21</sup> ANTT, *Cartório Jesuítico*, mç. 57, n.º 26, fls. 5v.º-7 v.º.; Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), Lus. 44 II, 474 v.º-479 v.º.; Lus. 84 I, fls. 69-71; 170-171; cit. por ALDEN, 1996: 378 e 387.

<sup>22</sup> FRANCO, 1717: 118.

<sup>23</sup> FILIPE, MORGADO, 2017.

<sup>24</sup> ANTT, *Cartório Jesuítico*, mç. 57, n.º 26, fls. 5v.º-7 v.º.

<sup>25</sup> FRANCO, 1930: 511.

<sup>26</sup> FRANCO, Tomo II, 1719: 614.

<sup>27</sup> FRANCO, Tomo I, 1717: 7.

Santo Ofício de Coimbra<sup>28</sup>, não havendo registos de beneficiações nessa data. Todavia, em 1720 voltam a registar-se obras no refeitório da quinta, substituindo-se as antigas mesas por novas, e os assentos por outros, em mármore, bem como a edificação de um muro, para contenção das águas do rio<sup>29</sup>.

Na sequência da expulsão dos jesuítas em 1759, a quinta foi confiscada e os seus bens móveis inventariados. José Joaquim Soares Brandão solicita em 1766 o aforamento da quinta de Vila Franca<sup>30</sup> e em 1769 é elaborado novo inventário, referente ao colégio de Jesus e respectivas propriedades, que dá a saber, entre outros bens móveis, a existência de alfaia pertencentes à capela, não se compreendendo o facto de não surgirem muitos mais peças<sup>31</sup>.

Em 1772 Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) desloca-se ao espaço, segundo diversas fontes. Terá sido na sequência dessa visita que a quinta terá passado para a posse dos marqueses de Pomares (descendentes do marquês de Pombal, por via de Nuno José Gaspar de Carvalho e Melo Daun e Lorena (1793-1865), 3º conde da Redinha)<sup>32</sup>. Infelizmente, grassa ainda um grande desconhecimento sobre o que terá sucedido a partir dessa data e, sobretudo, à grande construção. Sousa Viterbo refere em 1909, que só já existiam alguns paramentos murários e um portal, que ainda tinha as insígnias da Companhia, assim como vestígios de uma fonte, com ornatos de pedra e a sigla latina IHS<sup>33</sup>. Vergílio Correia e Nogueira Gonçalves confirmam, por sua vez, em 1947, que o desaparecimento do conjunto arquitectónico<sup>34</sup>.

### QUINTA DE SANTA BÁRBARA (CONSTÂNCIA)

A quinta de Santa Bárbara, com origens no séc. XV, pertenceu a D. Francisco Sampayo e Mello, tendo também sido pertença no séc. XVII da família do desembargador António Pinheiro. A 19 de Setembro de 1695, foi comprada por D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, capitão de Goa, Governador da Índia e depois de Pernambuco, que a doou, por via testamentária, em 1714, à Companhia de Jesus<sup>35</sup>.

A Casa Professa de São Roque foi a principal beneficiária desta doação, recebendo um cofre com quatro chaves, onde se recolhiam todos os rendimentos da fazenda e da quinta de Santa Bárbara<sup>36</sup>. O legado tinha ainda, com o era usual à época, a contrapartida de se rezarem quatro missas quotidianas na capela de São Francisco Xavier, da igreja de São Roque, e o que sobejasse das esmolas devia ser repartido em dote para órfãos e para a aquisição bens de raiz para a mesma capela.<sup>37</sup>

Entre 1725 e 1726 é dada ordem para se fazer um inventário das propriedades da quinta de Santa Bárbara<sup>38</sup>. Esse procedimento comum, pouco dá a saber do espaço edificado e das suas funções.

<sup>28</sup> *O Instituto*, Vol. V, 1857, 129; RODRIGUES, Tomo III, Volume I, 1938: 454-455 e LEITE, Volume 9, 1938: 313.

<sup>29</sup> ARSI, Lus. 47, fl. 242 v.º; cit. por MARTINS, Vol. I, 1994: 167.

<sup>30</sup> ANTT, *Ministério do Reino*, mss. 799, doc. 22.

<sup>31</sup> AHTC, *Junta da Inconfidência*, Mç. 1, N.º 1, fl. 20; publ. por GUERRA, 1969: 20-21.

<sup>32</sup> *O Instituto*, Vol. V, 1857: 129; VITERBO, 1909: 55 e PROENÇA, Vol. I, 1969: 32.

<sup>33</sup> VITERBO, 1909: 55.

<sup>34</sup> CORREIA, GONÇALVES, Vol. II, 1947: 200.

<sup>35</sup> *Casa da Quinta de Santa Bárbara*, Ficha SIPA N.º 00010209, 2011.

<sup>36</sup> ANTT, *Cartório Jesuítico*, mç. 24, n.º 3.

<sup>37</sup> ANTT, *Cartório Jesuítico*, mç. 24, n.º 1.

<sup>38</sup> ANTT, *Cartório Jesuítico*, mç. 26, n.º 34.

Do tempo de D. Francisco Sampayo e Mello pouco resta de construções, com excepção de parte das adegas. O que hoje ainda se observa parece remontar às campanhas de obras impostas por D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, quando a propriedade já era designada de *Santa Bárbara*. Do tempo dos jesuítas, a acção mais significativa parece ter sido aquela empreendida na capela da quinta, para onde se encomendou um retábulo da autoria de João António de Pádua, de 1739.

Da empreitada desse artista italiano quinta de Santa Bárbara sabe-se é ajustado a 23 de Julho de 1738 um contrato entre este e o padre Rafael Mendes, procurador-geral da Província de Portugal<sup>39</sup>. A 14 de Setembro de 1740 dá-se quitação desse retábulo e a 18 do mesmo mês e ano passa-se a certidão, referente à mesma obra, tendo o artista recebido a quantia de 539\$585<sup>40</sup>. A sua acção, sustentada nas obras que já havia feito para o colégio de Santo Antão de Lisboa, não só abriram as portas desta casa jesuíta, como as do colégio de Nossa Senhora da Conceição de Santarém, para onde, nas mesmas datas, realizou a estrutura retabular da capela de Nossa Senhora da Boa Morte<sup>41</sup>.

Complementarmente às anteriores obras deve-se referir que em 1740, a capela é decorada com azulejos que narram a história de Santa Bárbara e em 1753 devem ter sido realizadas obras no lado Nascente do edifício, a considerar a data grafada nesse local. Em 1758, a leitura das *Memórias Paroquiais* dá a saber que existiam duas fontes dentro da propriedade, uma designada de São Francisco e a outra do Castanheiro<sup>42</sup>. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a quinta reverte para a coroa e em 1773 é vendida a Jacinto José de Castro, voltando a ser utilizada como habitação civil.

## QUINTA DE SÃO SILVESTRE (PERNES)

Acerca da quinta de São Silvestre sabe-se que era habitada por D. Ana da Silva, que no ano de 1660 fez uma doação testamentária à Companhia de Jesus<sup>43</sup>.

Embora se desconheça a sua vida e ascendência, que poderiam explicar a incorporação desta propriedade nos seus bens, as suas motivações para tal doação e aspectos sobre a edificação dos edifícios que esta quinta tinha nessa data, compreende-se, desde logo, que esta propriedade terá sido pensada no momento do seu legado para a instalação de uma unidade de ensino, o que levou a que também fosse designada por colégio.

Nas disposições e cláusulas que a proprietária redigiu pode-se ler: “he minha vontade fundar nesta minha quinta de Pernes, e casas em que vivo, *hum collegio* da dita *Companhia*; em *que* habitem athe doze Religiozos | podendo ser |, no qual se darão duas cadeiras de Latim”<sup>44</sup>. Tal desejo parece ter sido bem-sucedido, pois são vários os testemunhos que nos confirmam a existência dessa classe, por onde passou António dos Reis, conselheiro de D. João V e um dos fundadores da Academia Real da História, o padre Luís Cardoso, da mesma Academia e autor do conhecido *Dicionário Geográfico*, escrito no séc. XVIII,

<sup>39</sup> VITERBO, Vol. II, 1904: 235.

<sup>40</sup> ANTT, *Cartório Jesuítico*, mc. 27, n.º 15 e ANTT, *Cartório Jesuítico*, mc. 27, n.º 20. Acerca desta obra vejam-se, entre outros, os trabalhos de PEREIRA, Vol. II, 1991: 221-226, MARTINS, Vol. I, 1994: 441 e VALE, 2005: 505-518.

<sup>41</sup> VITERBO, 1900: 103 e 104. Neste retábulo tirou-se partido da policromia, conforme Sousa Viterbo sublinhou na sistematização que publicou e que nos dá conta que os festões eram amarelos, os vasos de flores eram brancos, a cimalha do remate de cima era vermelha e amarela, o frontispício por cima da volta do painel era branco e os meninos eram da mesm cor. O sacrário era de pedra branca de Estremoz, bem como a pedra branca do medalhão.

<sup>42</sup> *Casa da Quinta de Santa Bárbara*, Ficha SIPA N.º 00010209, 2011.

<sup>43</sup> *Quinta de São Silvestre*, Ficha SIPA N.º 00010398, 2005.

<sup>44</sup> ARSI, Lus, 85, fl. 412.

Simão e Gonçalo Froes de Lemos, naturais de Pernes, o primeiro escritor e genealogista, e António Galvão, filho natural de D. Pedro II.

O padre Francisco Rodrigues vai mais longe e esclarece que D. Ana da Silva “professava desde muito à Companhia de Jesus, [e] folgou de legar, por seu testamento, a essa Ordem, rendas bastantes à fundação de um pequeno colégio (...). Mas se as rendas não bastassem, ou o rei não desse licença para erigir colégio, contentava-se com uma Residência, que ficasse anexa ao colégio de Santarém, e a essa Residência ou colégio deixava por seu herdeiro. Foi o que se realizou por morte da fundadora em 1662. A êsse tempo se principiou nessa quinta uma escola de latinidade.”<sup>45</sup>.

A circunstância de sabermos que o sino da igreja matriz, datado de 1720, foi fundido na quinta de São Silvestre, permite-nos compreender que esta residência era mais do que um espaço de recreio<sup>46</sup>. Tinha, seguramente, oficinas, onde se realizavam estes e outros trabalhos, que não eram estranhos às práticas de alguns membros da Companhia de Jesus e que pressupunha a existência de mais construções.

Quanto à edificação principal, a documentação referente às memórias paroquiais de 1758 só menciona “Tem este lugar huma residencia de Padres da *Companhia* (fundadora D. Anna da Silva)”<sup>47</sup>.

O inventário de sequestro realizado em 1759, onde se discriminam os objectos pertencentes à capela, e onde se destacam cinco imagens, a saber de: Santo Inácio, São Silvestre, São Francisco Xavier, Santo António e Nossa Senhora da Conceição, também não traz nada de novo acerca da distribuição espacial do edifício residencial<sup>48</sup>.

O inventário de bens e rendimentos, igualmente realizado no ano da extinção da Companhia, informa somente acerca de todos os foros que se contabilizaram nessa data<sup>49</sup>.

Já o requerimento de António Vitório Freire, solicitando o aforamento das fazendas de Pernes, antiga pertença da Companhia de Jesus, de 1766, transmite-nos que a propriedade era constituída por quinta murada, com horta, pomar, vinha e olivais<sup>50</sup>. O mesmo instrumento documental esclarece sobre a circunstância de nunca ter existido mais do que uma classe de latim e detalha alguns aspectos culturais da ermida, como o número de ofícios e as festas que aí eram realizadas<sup>51</sup>.

Em todo o caso, permanece por identificar o espaço onde se situavam as salas de aulas e se, à semelhança das estruturas de outros colégios, terá sido pensado algum pátio para usufruto dos estudantes<sup>52</sup>.

O conjunto, tal como sucedeu com a quinta de Caniços, que se irá analisar mais adiante, foi adquirido por titulares no séc. XIX, mais concretamente por Eugénia Avellar Torres, Viscondessa da Luz, conhecendo o espaço uma nova funcionalidade e alguns melhoramentos, como testemunha o portal que dá acesso às adegas, onde se grafou a data de 1879.

Contudo, são ainda vários os traços seiscentistas eruditos que este prédio conserva, como a varanda / *loggia* com colunas toscanas, o pórtico de aparelho rusticado, o longo corredor, a partido do qual se distribuem várias dependências, intimamente relacionados com os programas de outras quintas de recreio dos

<sup>45</sup> RODRIGUES, Tomo III, Vol. I, 1944: 50-51.

<sup>46</sup> *Quinta de São Silvestre*, Ficha SIPA N.º 00010398, 2005.

<sup>47</sup> ANTT, *Dicionário Geográfico de Portugal*, [Tomo 29, P 3], Memórias paroquiais, vol. 29, nº 151 - Pernes, Alcanede, p. 1080.

<sup>48</sup> AHTC, *Junta da Inconfidência*, Mç. 36, N.º 135, 5.º Apenso, fls. 2-15 v.º; parcialmente publ. por GUERRA, 1972: 81-82.

<sup>49</sup> AHTC, *Junta da Inconfidência*, Mç. 258, *Propriedades dos diferentes colégios*, fls. 62-65v.º.

<sup>50</sup> ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 679, proc. 58.

<sup>51</sup> ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 679, proc. 58.

<sup>52</sup> Acerca da problemática do pátio consulte-se o capítulo “Articulação espacial e vida quotidiana dos colégios jesuítas de Portugal: 1542-1759”, na obra de MARTINS, 2014.

jesuítas, como a já mencionada quinta de Caniços, a quinta de Valbom, em Évora, ou ainda a quinta de Vale de Rosal, na Charneca da Caparica<sup>53</sup>.

Também a circunstância de ainda se reconhecer a lagariça no piso inferior do imóvel, a par de outras dependências claramente ligadas à produção agrícola, leva-nos a questionar se ainda serão da permanência dos jesuítas, ao contrário da feição romântica que algumas salas do piso superior adquiriram, claramente do tempo em que o edificado voltou a ter uma função civil.

No séc. XX a quinta conheceu novos proprietários e novas funções. Foi comprada na década de 70 Rui Sá Nogueira e em 1984 passou a ser a sede da Companhia de Água de São Silvestre.

## QUINTA DE CANIÇOS (TORRES NOVAS)

A quinta de Caniços, localizada no termo de Torres Novas, foi pertença de João Afonso de Beja e de Lucrecia Fróis, pais de D. Luísa de Fróis e de Nuno Rodrigues [de Beja]<sup>54</sup>. Nuno Rodrigues, nascido em Évora, frequentou o paço real e, pouco depois, em 1560, ingressou na Companhia de Jesus, tendo sua irmã herdado parte da dita propriedade, que, possivelmente, na sequência da ascensão de seu irmão no seio desse instituto religioso, um dos primeiros reitores do colégio de Goa, a doou ao colégio de Santo Antão-o-Novo de Lisboa.<sup>55</sup>

Apesar de se desconhecerem quais os equipamentos que esta propriedade possuía nessa centúria, nomeadamente se teria casa sobradada, oratório ou capela, era com certeza uma quinta destinada à produção agrícola. Comprova essa ideia o contrato realizado entre os padres da Companhia de Jesus e os os padres de Santa Maria sobre a cevada para o moinho da quinta dos Caniços, lavrado em 1576<sup>56</sup>. Evidencia ainda essa noção o facto de a sabermos composta por vários terrenos, casais, a saber: da Charneca, Espargal e Marujo seco, e uma courela<sup>57</sup>.

Todavia, este espaço, de acordo com os desígnios inicianos da recreação, era também um espaço de lazer, pelo que o edifício que acolhia estantes era essencial para dar resposta a essa necessidade.

Em 1628, esta quinta também era conhecida como “quinta do Porto de Canissos”, estando defronte da Golegã pela banda do Certam no termo de Torres Novas: hua legoa da mesma vila<sup>58</sup>.

A articulação entre a vertente da recreação e a agrícola é ainda visível numa descrição, onde se pode ler: “Tem a dita quinta terras assi no Campo onde chamão as Cordas, e Vargea, como nos Barros, as quaes leuão de sementeira á folha em cada hum anno oito moyos de pão, 5 [de] trigo, seuada, e senteo, pouco mais ou menos. Muitas oliueiras: hum pedaço de soueral [sobral ou sobreiral]: hum pomar bom: muitas casas, e boas: hum lagar d[e] azeite: e huns moinhos de pão, que tem tres engenhos<sup>59</sup>”.

Em 1666 o Duque de Aveiro, na qualidade de senhor donatário de Torres Novas, intentou um acção judicial contra os padres da Companhia, no intuito de reaver a posse das terras que lhes haviam sido doadas, alegando que enquanto donatário as restantes propriedades em torno dessa vila. Provou-se que

<sup>53</sup> Acerca do significado da varanda na casa senhorial portuguesa *vide* CARITA, 2018: 7-28.

<sup>54</sup> *Casa e Capela da Quinta de Caniços*, Ficha SIPA N.º 00010137, 2001.

<sup>55</sup> FRANCO, 1717: 332-336.

<sup>56</sup> ANTT, *Cartório Jesuítico*, mç. 78, n.º 32.

<sup>57</sup> ANTT, *Cartório Jesuítico*, mç. 78, n.º 19.

<sup>58</sup> ANTT, *Cartório Jesuítico*, mç. 78, n.º 23.

<sup>59</sup> ANTT, *Cartório Jesuítico*, mç. 78, n.º 23.

a Coroa tinha concedido dois alvarás aos jesuítas, ficando, portanto, sem efeito, a pretensão do Duque de Aveiro<sup>60</sup>.

Em 1686 foi edificada a capela, ou então terá sido reformulada nessa data, segundo a inscrição assinalada na verga do portal do espaço cultural. Um caderno de encargos dá ainda conta que em 1746 se fazia “hum ornamento novo de frontal, e cazula de damasco branco, e encarnado para as festas: e huma alcatifa grande de papagayos com esmolla, que deu o Irmão Manoel Antonio”, o que volta a confirmar a importância que se concedia a este espaço e a ideia de constantes beneficiações.

No mesmo ano de 1746 levantava-se também um novo lagar, um novo curral para bois e uma manjedoura para as éguas, o que indicia uma vez mais que, mais do que um lugar de recreação, este espaço era de exploração agrícola e, subsequentemente, uma fonte de rendimento para o colégio que o tutelava<sup>61</sup>.

Na mesma data deverão ter sido ainda realizadas obras de beneficiação na capela, tendo sido, curiosamente, reaproveitado o retábulo de talha dourada que aí existia, que se trasladou para a capela da quinta de Xabregas<sup>62</sup>, do mesmo colégio de Santo Antão-o-Novo<sup>63</sup>. E, na mesma voreagem de renovações, sabe-se também que se retiraram desta quinta quatro dúzias de tabuado, que foram sido aplicadas nas salas de aulas do suprarreferido colégio de Lisboa<sup>64</sup>.

Em 1758, aquando do registo realizado na sequência da destruição causada pelo terramoto de 1755 em Portugal, o pároco da freguesia da Brogueira menciona a existência de quatro quintas e respectivas ermidas, sendo a terceira a quinta dos padres da Companhia, com o orago de Nossa Senhora da Conceição<sup>65</sup>.

Com a expulsão da Companhia de Jesus em 1759, procede-se ao arrolamento de bens desta propriedade, verificando-se nessa data que, entretanto, a gestão do espaço passara para o colégio de Santarém, embora em outro testemunho manuscrito ainda constasse como propriedade do colégio de Lisboa<sup>66</sup>.

Não ignorando o facto de esta relação tenha um tamanho considerável, no que a elencos de objectos artísticos refere, o que é certo é que o primeiro inventário não nos fornece quaisquer pistas acerca das várias áreas que compunham o espaço, informando-nos unicamente acerca da existência de uma ermida, com sua sacristia. Nestes espaços, contavam-se à data inúmeros paramentos têxteis, várias imagens, entre elas um crucifixo de marfim, alguns painéis e peças de estanho e de prata<sup>67</sup>.

Com a passagem deste bem de raiz para a Coroa, a seguir à extinção da Companhia de Jesus em 1759, dá-se um novo destino ao espaço, sendo esta quinta aforada a 23 de Maio de 1767 a António de Sam Paio Melo e Castro Moniz Torres de Lusignan, 1º conde de Sam Paio<sup>68</sup>.

Um *Livro de Tombo*, datado de 1768, possivelmente realizado na sequência do aforamento, que hoje se conserva no arquivo particular dos proprietários, dá, pela primeira vez, informações ainda mais detalhadas. Nesse documento pode-se ler o seguinte: “Tem esta quinta dentro da medição muitos olivais,

<sup>60</sup> ANTT, *Cartório Jesuítico*, mç. 78, n.º 31.

<sup>61</sup> Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Secção de Reservados*, Mss. 26, N.º 91, fl. 4.

<sup>62</sup> PINHO, COUTINHO, 2021: 115-135.

<sup>63</sup> BNP, *Secção de Reservados*, Mss. 26, N.º 91, fl. 5.

<sup>64</sup> BNP, *Secção de Reservados*, Mss. 26, N.º 91, fl. 5.

<sup>65</sup> ANTT, *Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo 7, B 2, Memórias paroquiais, vol. 7, n.º 78 - Brogueira, Torres Novas, p. 1268.

<sup>66</sup> AHTC, *Junta da Inconfidência*, Mç. 258, fl. 96.

<sup>67</sup> AHTC, *Junta da Inconfidência*, Mç. 36, N.º 135, 4.º Apenso, fls. 1-11; publ. por GUERRA, 1972: 77-80.

<sup>68</sup> Nasceu a 26 de Abril de 1720 e faleceu a 26 de Novembro de 1803, com 83 anos de idade. Era filho de Manuel António de São Paio, 12.º Senhor de Vila Flor e de Vitória Josefa de Bourbon. Casou com Teresa Violante de Daun, com descendência.

sobreirais, charnecas de monte e algumas terras e junto às casas uma Cerca e dentro dela vinha, hortas e pomares e mais árvores de fruta e sem ela; e dentro desta Cerca em um alto sobre o Rio Almonda ficam as casas desta quinta que são nobres com várias salas, corredores e quartos e uma torre mais levantada ao norte, com o corredor que corre para o nascente e em o fim deste uma varanda de pedra para o mesmo eixo e suas lojas que servem de adega e cozinha que fica separada destas casas e algumas mais casas pegadas nelas e lagares de vinho para o poente tudo místico com estas casas; e defronte da capela à entrada do pátio vários currais para os gados e outras casas, eiras e outras mais oficinas necessárias para a cultura e recolhimento dos frutos da quinta e dentro da casa junto a estas casas para a parte do norte um pombal junto ao rio Almonda. Tem nascente e rio Almonda; e no fim do outro corredor que corre para o norte a Capela de São Caetano e em um canto que fazem estes dois corredores e numas destas casas várias casas térreas para os moços e no meio do pátio<sup>69</sup>.

O mesmo instrumento documental refere ainda que a quinta possuía um lagar de azeite, movido com água do rio com três pesos, e que ficava junto às casas de armazenamento da azeitona, um celeiro de pão e uma ponte de madeira. Junto à ponte ficava ainda uma casa com três rodas de moinhos. De um dos lados situava-se a casa do moleiro e da outra parte um lagar de azeite velho e outro moinho, movido a água de um regato (que vinha do Bentalhado), e junto a este lagar e moinho existiam ainda várias casas para os moços e mais pessoas necessárias para as fábricas desta quinta, com seu poço de água e fonte<sup>70</sup>.

Com a provisão régia de 4 de Julho de 1774, este bem da extinta Companhia é incorporado no património da Universidade de Coimbra, que terá assumido a sua administração. Não obstante esse novo proprietário, terão sido empreendidas obras que adequaram o edificado a uma nova função senhorial, mantendo-se, porém, vestígios dos anteriores proprietários.

Por fim, em 1886 a quinta é comprada por Tristão Guedes Correia de Queirós, marquês da Foz, e em 1898 é vendida a João Baptista de Macedo, ascendente dos actuais proprietários.

## QUINTA DE CASTELO VENTOSO (ÉVORA)

A história da quinta ou herdade de Castelo Ventoso nas imediações de Évora remonta ao período medieval e à existência de uma torre nesse local. Em 1430 a propriedade foi doada à Mitra Eborense e em 1572 pertencia à Fábrica da Sé de Évora e era habitada pelo lavrador Fernando Dias Batalha.

Este conjunto foi ainda, à semelhança do que sucedeu com outros, incorporado, por vontade do Cardeal D. Henrique, nos bens da Companhia de Jesus.

Desconhece-se se o edificado do tempo de Fernando Dias Batalha era composto por “casas nobres” e quais as suas confrontações, mas deverá ter sido ampliado e adequado às necessidades dos jesuítas durante o tempo que estes foram proprietários desse espaço.

Com a expulsão dos jesuítas é realizado um arrolamento de bens em 1759. Esse inventário, que pouca informação dá acerca das dependências da casa, parece valorizar unicamente os bens da ermida, que à data tinha: uma imagem de madeira de Nossa Senhora da Conceição, de dois palmos e meio, uma imagem de Santo Inácio, com palmo e meio, outra de São Francisco Xavier, de dois palmos de altura, um Santo António com palmo e meio e uma imagem de Santo Izidoro, da mesma altura. Todas as esculturas tinham, segundo o mesmo documento, resplendores de prata, excepto a Imaculada, que tinha uma coroa.

<sup>69</sup> Informação constante em [https://www.geocaching.com/geocache/GC6CP7K\\_canicos-a-vista?guid=d294bf7f-8cfe-4a75-844c-ea05e41f74a4](https://www.geocaching.com/geocache/GC6CP7K_canicos-a-vista?guid=d294bf7f-8cfe-4a75-844c-ea05e41f74a4).

<sup>70</sup> Cf. [https://www.geocaching.com/geocache/GC6CP7K\\_canicos-a-vista?guid=d294bf7f-8cfe-4a75-844c-ea05e41f74a4](https://www.geocaching.com/geocache/GC6CP7K_canicos-a-vista?guid=d294bf7f-8cfe-4a75-844c-ea05e41f74a4).

Entre estantes, missais, galhetas, campainhas, caixas de hóstias, contavam-se duas cazulas de damasco branco, duas alvas, três corporais, três amitos, três palas e quatro véus de cálice. A imagem de Nossa Senhora da Conceição tinha ainda de enxoval dois mantos de seda com guranções<sup>71</sup>.

Em 1766 o então Visconde de Mesquitela<sup>72</sup> dirige um requerimento solicitando o aforamento das herdades de Castelo Ventoso e Montes Claros pertencentes ao colégio Évora. Nesse instrumento documental pode-se ler que “a herdade de Castelo Ventoso compondose de cazas nobres com capela paramentada, e com as mais cazas, e officinas necessarias para sua fabrica” tinha “hum grande olival, com lagar de azeite, e louça necessaria para o recolher”.<sup>73</sup> Mais adiante, compreende-se que a propriedade era composta por “terras de centeyo, e hum grande Montado, mas de aruores velhas, e chaparraes”, bem como por uma courela que rendia seiscentos e cinquenta mil réis e que tinha sido desaneada da Fabrica da Sé de Évora, “para sustentação dos Collegiaes da Purificação”. Considerando a mesma fonte, a herdade não tinha encargo algum e os avaliadores tinham determinado que o foro ficaria em trezentos mil réis<sup>74</sup>.

No mesmo ano de 1766 também António Carlos Furtado de Mendonça, brigadeiro dos exércitos da praça de Moura, solicita o aforamento da herdade de Castelo Ventoso. Na descrição feita o conjunto já é descrito da seguinte forma: “a dita herdade he espasozza com muito mato de montado, mas ruim, tem hum grande olival, terras de pam, e seu pumar de sequeiro, cazas nobres com sua capella, e nos baxos as comodidades precisas para semilhantes fazendas”<sup>75</sup>.

No final do séc. XIX, a casa principal volta a ter uma função habitacional e são-lhe impostas soluções decorativas que procuram devolver a ideia de ambientes de casas senhoriais, como as dos painéis de azulejos do segundo quartel do séc. XVIII, atribuídos a Policarpo de Oliveira Bernardes, que são colocados em algumas salas.

## NOTAS FINAIS

Sendo as residências da Companhia de Jesus no contexto europeu relegadas para o domínio da história local, ou mesmo subtraídas da historiografia da arte, o estudo que aqui brevemente se apresentou, e que nos propomos continuar, constitui-se como um desafio para o entendimento deste assunto numa visão multilateral, de acordo com o que sabemos ter sido o projecto global da Companhia de Jesus.

O reconhecimento de uma realidade multidimensional, que não descurou o *modus faciendi* e a utilização de materiais endógenos na construção ou na renovação das residências, é, no nosso entender, ponto de partida para uma investigação que revela o quanto a prática construtiva dos jesuítas teve de ser constantemente redimensionada.

A integração de diferenças culturais e da diversidade material e construtiva, aqui observada no contexto das residências da Província de Portugal, permite estimular um estudo que se quer realizar numa perspectiva de fusão.

Na sequência de um melhor entendimento da evolução histórica destas residências será também possível reconhecer o crescimento face à matriz, por vezes estrangido à reutilização de edifícios

<sup>71</sup> AHTC, *Junta da Inconfidência*, Mç. 47, N.º 181, 4.º, fls. 40 v. -42 v.; publ. por GUERRA, 1972, pp. 88-90.

<sup>72</sup> Tratava-se de Luís Gonçalo de Sousa de Macedo (1713-1783), 1.º desse título.

<sup>73</sup> ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 943, proc. 39.

<sup>74</sup> A partir deste trecho, compreende-se que o espaço era pertença do colégio da Purificação, fundado em 1577 pelo cardeal D. Henrique. Embora as obras só se tivessem concluído em 1605, em 1593 o colégio já albergava os primeiros alunos; cf. FRANCO, 1945: 290-291.

<sup>75</sup> ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 658, proc. 52.

pré-existentes, com funções não só religiosas, mas civis, mas também aferir a capacidade de adaptação de modelos.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem todas as informações dadas e opiniões trocadas com: Professora Doutora Carlota Simões, Professor Doutor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, Dr. José Braancamp de Figueiredo Krohn da Silva, Dr. Luís Filipe Pinheiro de Campos, Dr. Miguel Mora e Professora Doutora Teresa Eugénia Bourbon Bobone Galhardo Simões.

## ANEXO

**Ordem pera o tempo que os nossos estão alguns dias na quinta por recreação. In ANTT, *Armário Jesuítico*, liv. 5, fls. 147-147 v.º: Visita da Província de Portugal pelo Padre João Alvarez, por ordem do Geral Claudio Aquaviva. Entre 1610 e 1613.**

[Em linha em: <https://digitarq.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=122244>]<sup>76</sup>

“fl. 85 / Cap. 4.º

### **Ordem pera o tempo que os nossos estão alguns dias na quinta por recreação**

1. Pela manhã se tangerà a aleuntar hora E meya mais tarde *que* em casa, E o *que* esperta depois do tempo competente tangerà a oração, *que* durará por espaço de meya hora, E se poderá ter ou em casa, ou por dentro da horta toda<sup>77</sup> acabada a qual, auerá sempre huma missa, *que* responda à dos Irmãos no Collegio.
2. O Irmão, que na quinta fizer o officio de Sotoministro, ou o *Padre que* tiuer cuidado, attenderá com charidade aos almoços dos nossos, jantar, etc. E nenhum dos outros se ocupará em procurar *para // sy*, ou *para* algum outro, como pede a de<sup>78</sup>çençia religiosa.
3. Antes do jantar se tangerà ao exame, E acabado elle, á mesa, na qual se guardará o silencio, E auera lição todo o tempo, *quando* durar<sup>79</sup>. O mesmo *que* se diz do silencio ao jantar, se entende dos almoços, merendas, E çeas. A 2.ª mesa quando passão de .4. se lea *algum* capitulo de Gersam, sendo mais de .8. se lea toda a mesa.
4. Á noyte antes de tangerem à mesa, se dirão as Ladainhas de Nossa *Senhora* saluo nos dias de Verão em *que* la vay a *communi*dade; porque então as dirão todas acabado o exame de pela manhã antes de jantar.

<sup>76</sup> O documento seguiu as regras de transcrição veiculadas por Eduardo Borges Nunes, tendo-se procedido à separação e união das palavras, desdobrando-se em itálico as abreviaturas das palavras e assinalando-se se as mudanças de fólios.

<sup>77</sup> Palavra entrelinhada: “toda”.

<sup>78</sup> Letras riscadas.

<sup>79</sup> Ms. riscado: “na musica, precedendo alguma lição saluo çe por rezão d’ alguma festa solenne, ou d’ algum hospede, auia autoridade pera particular gasalhado, o superior iulgar se, *que* se deuia dispensar assi na lição como no silencio”.

5. Depois *que* se tange as Aue Marias, se recolherão os nossos *para* dentro do pateo do poço, E varanda, *porque* algumas vezes poderam estar juntos ao porto, ou dando *alguma* volta mais larga parecendo assy ao Superior, o qual os deue acompanhar, isto *que* se entende de Coimbra, se pratique.
6. Ao exame da noyte se tangerá a hora, *que* o Superior iulgar competente, E acabado elle, se fará sinal a deitar, depois do qual se recolherão, E guardarem silencio.
7. Da *huma* hora te as duas se fará sinal ao silencio, E a primeira meya hora será de oração *para* perfazer a hora de pela manhã, E acabada ella se fará *algum* sinal com a campa, a outra meya será *para* ler lição spiritual, E *para* fazer *algumas* deuoções, E em dias de grande calma poderá ser das duas ate as .3. E nos dias, em que aquella somana na quinta tomarão depois tempo *para* lição spiritual, E mais deuoções.
8. Como com o muro, *que* se fez em Coimbra fica a quinta resguardada, E dentro della bastante espaço *para* se poder fazer exercício, fica escusado dar-se licença aos nossos *para* o irem fazer fora della, E assi o *Padre que* nella estiuer por Superior, a não dará<sup>80</sup> saluo se o Superior<sup>81</sup> o for iuntamente do collegio.
9. Nenhum moço, ou pessoa de fora, va aos cobiculos dos nossos *para* lhes varrer, ou fazer as camas, nem sirua no refeitório á mesa.
10. Os Jogos, em *que* os nossos se deuem recrear, são truque de chão E de mesa, laranjinha taboleta alquerque com suas especies, E não se introduzão outros de nouo principalmente de muito discurso, E cansatiuos, como enxadrez, *que* he contra o fim da recreação.
11. Antes da missa dos Irmãos, nam se iogue iogo *algum*; nem nos dias, em *que* ouuer comunhão por *huma* hora depois d`ella acabada; nem depois da çea com candeia.
12. Nam se açeitem na quinta presentes, donde quer *que* venhão, sem licença expressa do *Padre* Reytor, o qual segundo as occasiões darà disto a Instrucção, *que in Domino* lhe parecer ao *que* lá mandar por Superior.
13. Se *alguma* pessoa vier fallar com *algum* nosso, *que* estiuer na quinta, iulgando o Superior, *que* se não pode escusar,<sup>82</sup> mas não o meterá na quinta, saluo<sup>83</sup> se fosse pessoa de tal qualidade, *que* com isto tuesse iusta rezão d`agrauo.
14. Nenhum dos *que* estam na quinta, se venha *para* o Collegio sem licença E ordem do *Padre* Reytor, saluo no caso Vrgente, em *que* não pode hauer recurso ao *Padre* Reytor.
15. O Colher da fruita, hortaliça, cortar ramos, E o mais *que* toca à administração da quinta, pertence ao *Padre* ou Irmão, *que* pelo anno tem cuidado d`ella.
16. Por ordem, *que para* isso ha de Nosso *Padre* se ordena, *que* em nenhuma maneira Superior *algum* mayor, ou menor de, ou possa dar, licença *para* entrar mulher *alguma* de qualquer qualidade *que* seia da porta da quinta *para* dentro.”

---

80 Ms. riscado: “de ordinario”.

81 Ms. riscado e trespassado.

82 Ms. riscado.

83 Ms. entrelinhado: “se dará licença *para* se fallar”.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES MANUSCRITAS

#### ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT)

*Cartório Jesuítico*, mç. 24, n.º 1: Testamento de D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre.

*Cartório Jesuítico*, mç. 24, n.º 3: Sentença de 1719 do vínculo dos bens de D. Fernando Martins Mascarenhas Lencastre e da quinta de Santa Bárbara, à capela de São Francisco Xavier em que instituiu quatro missas quotidianas.

*Cartório Jesuítico*, mç. 26, n.º 34: Provisão para se fazer um tomo das propriedades da quinta de Santa Bárbara.

*Cartório Jesuítico*, mç. 27, n.º 15: Quitação dada a António de Pádua de 491.585 réis do retábulo que se fez para a capela da quinta de Santa Bárbara

*Cartório Jesuítico*, mç. 27, n.º 20: Certidão de António de Pádua, de outras despesas que fizeram os padres no retábulo da quinta de Santa Bárbara.

*Cartório Jesuítico*, mç. 57, n.º 26, fls. 5v.º-7 v.º: Informação por parte dos religiosos da Companhia de Jesus sobre os bens de raiz de que trata a Lei que se passou no ano de 1611 e agora de novo se manda executar.

*Cartório Jesuítico*, mç. 78, n.º 19: Índice dos lugares, coisas e documentos pertencentes à quinta de Caniços.

*Cartório Jesuítico*, mç. 78, n.º 23: Confrontações do corpo da quinta de Caniços do colégio de Santo Antão de Lisboa e das suas Terras.

*Cartório Jesuítico*, mç. 78, n.º 31: Parecer de Aires Falcão sobre Caniços.

*Cartório Jesuítico*, mç. 78, n.º 32: Contrato dos padres da Companhia de Jesus com os padres de Santa Maria sobre a cevada para o moinho da quinta de Caniços.

*Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo 7, B 2, Memórias paroquiais, vol. 7, n.º 78 - Brogueira, Torres Novas, p. 1268.

*Dicionário Geográfico de Portugal*, [Tomo 29, P 3], Memórias paroquiais, vol. 29, n.º 151 - Pernes, Alcanede, p. 1080.

*Manuscritos da Livraria*, N.º 690, fl. 3 v.º: Cartas Anuais de Jesuítas de 1571 a 1629.

*Ministério do Reino*, mç. 658, proc. 52: Requerimento de António Carlos Furtado de Mendonça, brigadeiro dos Exércitos da Praça de Moura, solicitando o aforamento da herdade de Castelo Ventoso, Évora, anteriormente pertença da Companhia de Jesus.

*Ministério do Reino*, mç. 679, proc. 58: Requerimento de António Vítório Freire, solicitando o aforamento das fazendas de Pernes, antiga pertença da Companhia de Jesus.

*Ministério do Reino*, mç. 685, proc. 25: Requerimento de Bento José de Figueiredo Sarmiento, solicitando o prazo da quinta de Ricafé, pertença dos padres jesuítas.

*Ministério do Reino*, mss. 799, doc. 22: Requerimento de José Joaquim Soares Brandão, solicitando o aforamento da quinta de Vila Franca, pertencente ao sequestro do Colégio anteriormente pertença da Companhia de Jesus.

*Ministério do Reino*, mç. 943, proc. 39: Requerimento do Visconde de Mesquitela, solicitando o aforamento das herdades de Castelo Ventoso e Montes Claros pertencentes ao colégio dos Jesuítas de Évora.

ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS (AHTC),

*Junta da Inconfidência*, Mç. 1, N.º 1, fl. 20.

*Junta da Inconfidência*, Mç. 5, N.º 19, 4.º Apenso, fls. 2-3 v.

*Junta da Inconfidência*, Mç. 36, N.º 135, 4.º Apenso, fls. 1-11 e 5.º Apenso, fls. 2-15 v.

*Junta da Inconfidência*, Mç. 47, N.º 181, 4.º Apenso, fls. 40 v. -42 v.

*Junta da Inconfidência*, Mç. 258, *Propriedades dos diferentes colégios*, fls. 62-65 v. e 96.

ARCHIVUM ROMANUM SOCIETATIS IESU (ARSI)

Lus. 44 II, fls. 474 v.º-479 v.º

Lus. 47, fl. 242 v.º.

Lus. 84 I, fls. 69-71 e 170-171.

Lus, 85, fl. 412.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP)

*Secção de Reservados*, Mss. 26, N.º 91, fl. 5: Lembrança das obras, que se fizerão desde 6 de Fevereiro de 1746, em que entrou o Sr. Reverendo Padre Miguel de Almeida.

**ESTUDOS**

“A Quinta de Villa Franca”. In *O Conimbricense*, N.º 2.239 (09.01.1869).

ALDEN, Dauril (1996) – *The making of an enterprise: The Society of Jesus in Portugal, it's empire, and beyond, 1540-1750*, Stanford, Stanford University Press.

BANDEIRA, Ana Maria Leitão; QUEIRÓS, Abílio (1997)– “O Colégio do Santo Nome de Jesus de Bragança: formação do seu Padroado e Benfeitores que contribuíram para o seu engrandecimento”. In *Páginas da História da Diocese de Bragança-Miranda Congresso Histórico. Actas*. Bragança: s.n., pp. 429-444.

BRAGA, Theophilo (1895) – *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*, Tomo II (1555 a 1700), Lisboa, Por ordem e na Tipographia da Academia Real das Sciencias.

CARITA, Helder (2018) – “A varanda alpendrada na evolução na casa senhorial luso-indo-brasileira – Séculos XVI a XVIII”. In *A Casa Senhorial. Anatomia de Interiores. Actas do III Colóquio Internacional*. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa; Ana Pessoa (coord. de). Porto: Universidade Católica Editora – Porto CITAR – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (EA-UCP), pp. 7-28.

*Casa da Quinta da Rica Fé / Quinta dos Carmonas* (2011), Ficha de Inventário do Património Arquitectónico, SIPA N.º 00031128, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

*Casa da Quinta de Santa Bárbara* (2001), Ficha de Inventário do Património Arquitectónico, SIPA N.º 00010209, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

*Casa e Capela da Quinta de Caniços* (2001), Ficha de Inventário do Património Arquitectónico, SIPA N.º 00010137, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

- Casa e Quinta da Companhia* (2000-2005), Ficha de Inventário do Património Arquitectónico, SIPA N.º 00007106, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.
- CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, Nogueira (1947) – *Inventário Artístico de Portugal, Cidade de Coimbra*, Vol. II, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes.
- COUTINHO, Maria João Pereira (2022) – “Entre Portugal e o Brasil: Cristóvão de Gouveia, S.J. (1542-1622) e a Arquitetura da Companhia de Jesus”. In *Varia Historia*, 38, 76, pp. 59-90.
- COUTINHO, Maria João Pereira; SIMÕES, Carlota (2022) – “Algumas notas acerca do Jogo Klotsen / Enkele Opmkeringen Over Het Spel Klotsen”. In *1655 Escala em Coimbra. Um jovem jesuíta entre o Ocidente e o Oriente / 1655 Tussenstop in Coimbra. Een jonge jesuïet tussen West en Oost*. Carlota Simões e Noël Golvers (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 141-152.
- FILIFE, Sónia; MORGADO, Paulo (2017) – *Espaços de água no quotidiano dos jesuítas de Coimbra*, Coimbra, Museu da Ciência [em linha: <http://www.museudaciencia.org/index.php?module=events&option=calendar&id=786>].
- FRANCO, António (1930) – *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*, Porto, Apostolado da Imprensa Editora.
- FRANCO, António (1717) – *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus na corte de Lisboa*, Coimbra, no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- FRANCO, António (1714) – *Imagem da virtude Em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio do Espírito Santo de Evora do Reyno de Portugal*, Tomo I, Lisboa, Officina Real Deslandesiana.
- FRANCO, António (1945) – *Évora Ilustrada por Pe. António Franco, Extraída da obra do mesmo nome do Pe. Manuel Fialho*, Évora, Edições Nazareth.
- GOMES, Cecília José Barbosa (2016) – “Casa da Companhia: O Morgado de Paço de Sousa e o seu fundador”. In *I Seminário: Penafiel e Penafidelenses na História - Atas*, Penafiel, Amigos do Arquivo de Penafiel, pp. 1-9.
- GUERRA, Luiz de Bivar (1969 e 1972) – *Documentos para a História da Arte em Portugal*, vols. 3 e 12, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LEITE, Serafim (1938) – *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Volume 9, Lisboa, Livraria Portugalia.
- MARTINS, Fausto Sanches (1994) – *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços*. Tese de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Universidade do Porto.
- MARTINS, Fausto Sanches (2014) – *Jesuítas de Portugal, 1542-1759. Arte | Culto | Vida Quotidiana*, Porto, Edição do Autor.
- MARTINS, Fausto Sanches (1997) – “Quinta da Vacaria: a cultura da vinha num documento do séc. XVII”. In *Douro - Estudos e documentos*, Vol. 2, n.º 4, (2.º), pp. 361-376.
- MARTINS, Fausto Sanches (2005) – “Quinta do Parâmio” em “Legado Patrimonial, Cultural e Religioso da Companhia de Jesus à Cidade de Bragança – Séculos XVI-XVIII”. In Luís Alexandre Rodrigues (Coord.) – *O Património histórico-cultural da região de Bragança/Zamora*. Porto: CEPSE, pp. 145-163.
- O Instituto. Jornal Científico e Litterario*, Vol. V, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1857, p. 129.
- OSSWALD, Cristina (2010) – “O Colégio do Santo Nome de Jesus em Bragança: Um quotidiano jesuíta”. In *Via Spiritus, Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, CITCEM, N.º 17, pp. 261-272.

- PEREIRA, José Fernandes (1991) – “João António Bellini de Pádua e a Estética Italianizante do Reinado de D. João V” In *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*, Vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto – Governo Civil do Porto, pp. 221-226.
- PINHO, Inês Gato de; COUTINHO, Maria João Pereira (2021) – “Do Colégio de Santo Antão ao Alto de São João: território, obras e materiais da Quinta de Xabregas (século XVIII)”. In *Cadernos do Arquivo Municipal*, 16, pp. 115-135. [em linha. [http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/16/09\\_colegio.pdf](http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/16/09_colegio.pdf).]
- PINHO, Inês Gato de; TELES, João Bernardo Galvão (2019) – “A arquitectura civil ao serviço da casa religiosa: prédios urbanos e propriedades rurais do Colégio da Companhia de Jesus de Setúbal”. In *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*. Setúbal: Estuário História, pp. 209-230.
- Quinta de São Silvestre* (2005), Ficha de Inventário do Património Arquitectónico, SIPA N.º 00010398, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.
- PROENÇA, Raúl (1969) – *As estradas de Portugal*, Vol. I, Porto, Lello & Irmão editores.
- RODRIGUES, Francisco (1931-1950) – *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa.
- TRIGUEIROS, António Júlio S.J.; COUTINHO, Maria João Pereira (2022) – “Quinta de Vila Franca, Portela do Mondego, Coimbra”. In *1655 Escala em Coimbra. Um jovem jesuíta entre o Ocidente e o Oriente / 1655 Tussenstop in Coimbra. Een jonge jesuïet tussen West en Oost*. Noël Golvers, Carlota Simões (coord.), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 129-140.
- VALE, Teresa Leonor M. (2005) – “João António Bellini de Pádua: a mobilidade de um escultor italiano em Portugal no século XVIII – parcerias artísticas e encomendadores”. In *Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa, Actas*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 505-518.
- VITERBO, Sousa (1909) – *A Jardinagem em Portugal*. Segunda Série, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- VITERBO, Sousa (1904) – *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portuguezes ou a serviço de Portugal*, Vol. II. Lisboa, Imprensa Nacional.
- VITERBO, Sousa (1900) – “Subsídios para a História da Escultura em Portugal”, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, n.o 7-8, 3.a série, tomo VIII, pp. 103-104.